

POVOS ESCAMOTEADOS COM IDENTIDADE CALCADA DE FORA PARA DENTRO

Adilson Prizmic Momce¹

Resenha do livro: FURTADO, Peter (org.). *Identidades das nações: uma breve história*. São Paulo: Edições Sesc

Toda capa de livro bem elaborada a chama a atenção. A deste livro serviu, inclusive, para arguir meus alunos sobre o reconhecimento dos 28 países nela retratados. Com isso, estimulei até os menos interessados em cartografia a consultarem seus celulares e computadores no laboratório de informática para encontrarem dados associados aos contornos territoriais que mostrei a cada um dos alunos a partir do livro. Os mais curiosos quiseram ler algo.

A obra elenca a procedência e a formação especializada de cada autor encarregado de um breve texto que reflete a identidade da sua terra natal.

Ao final, há um generoso índice, remetendo o leitor às páginas em que se mencionam localidades, revoluções, guerras, ideologias, religiões, personalidades históricas, expoentes das ciências e das artes.

O texto de Mihir Bose informa a surpreendente produção manufatureira da Índia no século XVIII, maior que a da Grã-Bretanha. Paradigma revertido no século XIX, quando a Índia passou a ser controlada pelo império britânico.

A partir da leitura, podemos inferir alguns questionamentos. Por que o pico mais alto do mundo, no Himalaia, não foi batizado com o nome da pessoa que o registrou, habitante daquela localidade? A resposta é: para enaltecer os valores de outra nacionalidade que impõe sua ideologia. O inspetor-geral da Índia era o coronel britânico George Everest. Ele apenas ajudava a mapear a colônia no século XIX. Seu sucessor, Andrew Waugh, precisou de um jovem bengali, Radhanath Sikdar, habilidoso matemático, para calcular os 8.840 metros do monte que, entretanto, passou a se chamar Everest, “um nome mais comum entre nações civilizadas”, segundo Waugh (p. 39).

1 Licenciado em História na República Sérvia, na ex-Iugoslávia socialista. Concluiu mestrado e doutorado em Geografia Humana na USP. Autor do livro *Nacionalismo para criar Estados e destruir impérios: Geopolítica dos eslavos na Austro-Hungria e União Europeia* (2012). Lecionou História na UFMS; atualmente leciona Geografia no colégio da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). É colaborador do Laboratório de Geopolítica da USP. E-mail: adilson.prizmic@gmail.com.

É louvável o posicionamento imparcial de Homa Katouzian ao não descrever os iranianos como uma raça pura, reconhecendo que não procede a visão de pureza das raças.

Antonis Liakos enxerga a nacionalidade grega atual distante da identidade helênica consubstanciada na civilização europeia. Ao procurar obstinadamente as glórias do passado, o povo grego fica impossibilitado de encontrar o mesmo sentimento no tempo presente. Apenas livre dos turcos muçulmanos, a Grécia “conquistou sua independência graças à intervenção das grandes potências no final da primeira Guerra Mundial, em especial a Grã-Bretanha e a Rússia” (p. 55).

A Grã-Bretanha é uma poderosa nação multiétnica, contudo sua última delimitação política e territorial é recente. Jeremy Black elenca o processo de formação de cada uma das nacionalidades que integram seu Estado atual, deparando-se com feitos comemorados por escoceses antes de 1707 que os ingleses repudiam, assim como repudiam as particularidades que enobrecem especificamente os irlandeses antes de 1801. É importante a explicitação, no texto, de que as referidas datas marcam acordos de união impostos pelos ingleses aos povos menores.

A coletânea de textos nos brinda com uma rica diversidade de pontos de vista. Trechos de Ciaran Brady revelam que nem sempre a ideologia dos mais poderosos submeteu definitivamente a identidade das nações mais vulneráveis, lembrando a resistência dos irlandeses frente à primazia econômica da coroa imperialista inglesa e frente ao protestantismo que esta impôs.

Ao falar de nacionalidades, não é de estranhar que este texto tenha selecionado países multiétnicos, posto que, reiteradamente, há considerações sobre culturas de distintos povos em um mesmo Estado-nação. Além do Reino Unido, a Espanha também se destaca como nação multiétnica com as diferenças de povos que aí estabeleceram seus domínios territoriais, unificaram-se pelo catolicismo, envolveram-se em várias disputas políticas, travaram guerras dentro e fora da península Ibérica.

Dentre os autores mais patrióticos, Emmanuel Le Roy Ladurie exalta a França, em primeira pessoa, referindo-se à beleza das paisagens, às glórias das personalidades políticas e artísticas, às orgulhosas conquistas territoriais, à opulência construída pelo Estado, contemplando a sensação privilegiada de ser nativo de um país rico, com identidade nacional bem resolvida, respaldada por uma revolução histórica.

Os Países Baixos se deparam com as limitações e precariedades de sua geografia física, mas são exemplo de superação graças ao empreendedorismo do seu povo.

Em vez de se sujeitar a vizinhos oportunistas, a Holanda submeteu seu vizinho natural – o mar – para crescer sua territorialidade mesmo além de seus limites. Trata-se de uma exceção em relação à identidade das demais nações, uma vez que os holandeses edificaram seu engenho coletivo de dentro para fora, erguendo diques, drenando polders, construindo sistemas de irrigação, moinhos, barcos; desenvolvendo o comércio e as finanças, com bancos que emprestaram a outros países, conquistando colônias e deixando suas marcas em âmbito intercontinental.

A promissora trajetória da nação estadunidense até se tornar uma potência hegemônica se deu pelo fato de construir uma governança norteada pelos direitos de todo cidadão, e não mais subserviente a reis e lordes parlamentares. Tanto o industrial como o agricultor deram voz a sua nação temperadamente fértil e banhada por dois oceanos promissores. Livres e soberanos após sua independência, os Estados Unidos continuaram oferecendo oportunidades a mais gerações de imigrantes. Verifica-se um direcionamento nacional de dentro para fora, assim como na identidade coletiva que beneficiou os holandeses.

As impressões de Dina Khapaeva identificam um complexo de inferioridade a ser superado por seus conterrâneos russos, que vem a ser o trauma de serem influenciados pelo Ocidente em dois eventos fundamentais: a fundação do Estado russo (inicialmente governado por vikings) e a adoção do cristianismo ortodoxo pela evangelização de missionários bizantinos, assumindo o compromisso de dar continuidade à tradição cristã no Oriente, após a queda de Constantinopla sob o domínio turco em 1453. Paralelamente, a identidade russa se debate com o desejo de superar a ocidentalização elitista. Esta contextualização de Khapaeva nos ajuda a compreender a teoria da polaridade eurasiânica, liderada pela Rússia em meio ao choque de civilizações, para combater a hegemonia atlantista de EUA e Inglaterra – rei e rainha dos mares, respectivamente –, preocupados em ações geopolíticas para impedir que os russos tenham acesso aos mares quentes, nos termos de Aleksandr Dugin².

Também discriminados por seus vizinhos, os tchecos são os mais ocidentais dos eslavos. O Vaticano e o império Habsburgo cercearam a livre iniciativa dessa nação, desfavorecida por sua localização no centro da Europa, sem saída para o mar, distante dos grandes centros ocidentais que se adiantaram no processo de industrialização. Os tchecos eram depreciados como plebeus. Seu movimento religioso hussita se opôs ao catolicismo, mas tal ação foi reprimida e o líder dos hussitas, Jan Huss, foi queimado como herge. Pavel Seifter relata que sua nação “foi trazida de volta ao catolicismo pela força, quase perdeu seu idioma e correu o risco de desaparecer” (p.

2 *Geopolítica do mundo multipolar*. Curitiba: Austral, 2012.

109).

Iwona Sokowicz transmite o ressentimento que o povo polonês experimentou em sua derrota para os alemães no Levante de Varsóvia de 1944, quando os poloneses tiveram a sensação de que o exército soviético se deteve deliberadamente na margem esquerda do rio Vístula para esperar que os nazistas acabassem com os nacionalistas mais combativos da capital polonesa. Essa impressão fortaleceu os sentimentos anticomunista e antissoviético na população polonesa do pós-guerra.

László Kontler relata a política adotada pela Hungria contra as minorias de outras nacionalidades que habitavam o império austro-húngaro: tchecos, eslovacos, eslovenos, croatas, sérvios e outros povos que passaram a contar com promessas de que suas reivindicações seriam defendidas por outras forças imperialistas. Rússia e Grã-Bretanha pretendiam implantar uma espécie de protetorado, almejando ampliar seus domínios na região. Russos e demais militantes do pan-eslavismo pleiteavam sua integração com as colônias da Austro-Hungria e Turquia, justificando a afinidade étnica dos povos eslavos, além da religião ortodoxa e do uso do alfabeto cirílico na Sérvia, boa parte da Bósnia, Montenegro, Macedônia do Norte e Bulgária. Os britânicos, por sua vez, marcavam presença nas consultas diplomáticas, prometendo auxílio a essa região, muito mais porque temiam que os russos pudessem chegar aos mares Mediterrâneo e ao Adriático.

Pirjo Markkola usa a expressão Suécia-Finlândia para enfatizar que as instituições centrais da sociedade finlandesa – parlamento, legislação, sistema judicial, sistema educacional, sistema administrativo local e Igreja – se baseiam na herança da dominação sueca, sobretudo a partir do século XIV. Markkola exalta o pioneirismo da participação política das mulheres, que também se destacaram em todos os setores da economia, mas não tece nenhum comentário sobre vínculos étnicos dos finlandeses com as hordas provenientes da Mongólia, tampouco associa a língua finlandesa com o grupo húngaro-finlandês de línguas, cuja origem não é indo-europeia, mas sim dos magiares – de procedência centro-asiática.

Tomando as dores do Brasil, Luiz Marques acusa o parasitismo europeu responsável pelo desmatamento e pelo maior contingente de negros trazidos da África, submetidos à mais longa escravidão da história. Marques centra seu discurso nos questionamentos do crescimento sustentável; vislumbra a preservação da paisagem vegetal pela influência internacional, mas não comenta a importância do elemento indígena, seja de tribos isoladas, seja mestiço: bugre-bandeirante ou quilombola. Não há considerações da participação indígena na expulsão de piratas invasores e na expansão portuguesa pelo interior do Brasil. O relacionamento indígena na formação do povo

brasileiro mereceria, portanto, ser incluído no texto, até pelo fato de ser o componente racial que mais preserva a natureza – o guardião das matas.

Na página 148, Elizabeth Baquedano comete um “ato falho”, ou foi equívoco do tradutor no seguinte trecho: “Esses levantes foram liderados por *criollos* que *lutavam contra a abolição da escravidão* e pela soberania mexicana”. A expressão correta seria “lutavam *a favor* da abolição da escravidão”, posto que abolir a escravidão significa tornar livre. Trata-se da luta dos mexicanos para concretizarem sua soberania em relação aos colonizadores espanhóis. Esse descuido da revisão editorial não diminui o brilho de Baquedano em suas colocações críticas, referindo-se a ingerências externas na identidade dos mexicanos.

A arqueóloga mexicana revela que a independência do México não mudou a hegemonia cultural europeia em seu país, mencionando o presidente Porfirio Díaz e seus sucessores, que não seguiram a mobilização popular e de valorização das raízes nativas. Reflexo disso é a presença de muitos edifícios em estilo francês, além da entrega de postos governamentais e culturais importantes a indivíduos de origem europeia.

Os europeus que exploraram Gana no século XV tacharam a cultura local de bárbara e concluíram que, como os povos nativos não haviam escrito nada sobre o seu passado, não havia nada a registrar, apesar da riqueza de suas tradições orais, artefatos e das evidências arqueológicas em contrário. O sentimento ocidental de superioridade europeia se impôs em Gana, como em toda África, por uma “missão civilizatória” forjada pelos europeus, introduzindo os valores do cristianismo e do Estado-nação colonizador. “Muitos ocidentais interpretaram mal e deturparam as práticas nativas, como o sistema familiar ampliado” (p. 211).

O inglês como idioma oficial herdado do período colonial serviu de fator unificador das distintas etnias que contribuiu para a integração nacional de Gana – o primeiro país africano a conquistar sua independência, em 1957.

Federico Lorenz testemunha o sofrimento pelo desrespeito aos direitos humanos e à democracia na Argentina em razão do autoritarismo de opressores treinados nos Estados Unidos para aplicar o golpe militar de 1976 e exterminar os cidadãos que manifestaram oposição à ditadura, denominando-os de subversivos, terroristas.

Giovanni Levi traz a seguinte caracterização da nação italiana: dominada por uma classe política corrupta; onde a máfia é forte; a paixão nacional é o futebol; a verdadeira atividade cultural coletiva é a tradição católica; o passado da península itálica é mais apreciado pelos estrangeiros que pelos próprios italianos.

Stefan Berger discorre sobre a Alemanha atual, marcada por sua

supremacia no contexto da União Europeia, como se esta fosse o mais recente projeto alemão para obter o domínio do continente europeu. Reforça tal ideia a interferência da Alemanha na governança dos países mais fracos da Zona do Euro, cobrando contenção dos seus gastos públicos e reformas administrativas.

O espaço dedicado ao povo judeu se ateu a suas relações internacionais, deixando a desejar quanto à expectativa do conhecimento em torno da religiosidade que diferencia os israelenses das demais nacionalidades, sobretudo pelo fechamento de sua sociedade que presta solidariedade quase irrestrita aos representantes de sua própria comunidade e evita laços matrimoniais com membros de outras civilizações. Apesar de não haver menção desse aspecto concernente à identidade israelita, há informações esclarecedoras sobre datas e espaços relacionados às fases de diáspora e reconstrução nacional pelo movimento sionista.

Nas vozes nativas que compõem este livro, é recorrente a manifestação do poder exógeno, de modo a possibilitar ou reprimir a autodeterminação dos povos mais vulneráveis às manobras geopolíticas e ideológicas engendradas de fora para dentro, excetuando-se algumas nações que até hoje são admiradas justamente porque formaram sua identidade coletiva de dentro para fora.